

Subcomissão de Educação conclui relatório e defende aumento de recursos para ensino

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

O senador João Calmon (PMDB/ES), 70, relator da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, vai apresentar hoje aos parlamentares o relatório final daquela subcomissão (parte dela foi lida anteontem à noite). Calmon esclareceu que o atraso na conclusão do relatório ocorreu porque somente na tarde da última segunda-feira lhe foram entregues mais de trezentas propostas. Ontem o ministro da Cultura, Celso Furtado, prestou depoimentos à subcomissão e somente hoje será ouvido o ministro da Educação, Jorge Bornhausen.

O relatório lido por Calmon apresenta como principais propostas o aumento do percentual de 13% para 18% a ser aplicado pela União na educação, conservando os 25% já previstos pela atual Emenda Calmon para os Estados e municípios; a liberação de verbas públicas para universidades "públicas" não estatais; ensino obrigatório e gratuito dos 6 aos 14 anos de idade; maiores poderes de decisão das empresas sobre o salário-educação e inclusão da educação sexual como matéria curricular obrigatória nas escolas.

Segundo Calmon, fora os depoimentos dos dois ministros e as cerca de trezentas propostas recebidas com atraso, a subcomissão ainda ouviu depoimentos de 74 entidades representativas dos setores educacional, cultural e esportivo e 333 sugestões

foram encaminhadas diretamente à relatoria.

O Estado deve instituir uma rede de creches e pré-escolas, mas não como uma obrigatoriedade, como foi defendida por grande número de mulheres constituintes, conforme informações do próprio Calmon. Todas as entidades ouvidas concordaram com a obrigatoriedade do Estado oferecer educação especial aos deficientes e superdotados e que o ensino seja ministrado na língua portuguesa. Duas exceções, no entanto, foram previstas: no caso das comunidades indígenas, que teriam alfabetização bilíngue e cursos de especialização em nível superior.

Eleição direta para reitor

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, 50, defende hoje no Congresso constituinte a eleição direta para reitores das Universidades, prevendo apenas a participação dos professores no processo de escolha e limitando a candidatura a professores com título de doutorado, segundo informou Paulo Costa Ramos, 45, coordenador de Comunicação Social do MEC. A partir das 8h30, Bornhausen vai fazer uma exposição aos membros da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. Ele deverá defender também a ampliação de 13% para 18% do percentual de arrecadação tributária a ser aplicado anualmente pela União na Educação.

Florestan quer exclusividade de verbas públicas

O deputado Florestan Fernandes (PT/SP), 66, disse ontem que tão logo receba cópia do relatório lido parcialmente anteontem pelo relator da subcomissão da Educação, Cultura e Esportes do Congresso constituinte, senador João Calmon (PMDB/ES), deverá se articular com os demais "parlamentares-educadores" daquela subcomissão, para apresentar uma emenda ao relatório, garantindo a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas.

Além do deputado, cinco dos 23 membros da subcomissão da Educação defendem intransigentemente que as verbas públicas sejam destinadas apenas para as escolas federais, estaduais e municipais. Somente o deputado Agripino Lima (PFL/SP) e o relator da subcomissão manifestaram-se favoráveis à destinação de verbas públicas também para "universidades públicas não estaduais".

Defendem posição idêntica à de Florestan Fernandes os deputados Octávio Elísio (PMDB/MG), Paulo Silva (PMDB/PI), Ubiratan Aguiar (PMDB/CE), Atila Lira (PFL/PI) e Pedro Canedo (PFL/GO). No entanto, Calmon informou que pretende defender a proposta, mesmo que derrotada na sua subcomissão.

Na opinião da presidenta da Associação Nacional de Educação (An-de), Elba de Sá Barreto, por trás da proposta de Calmon está "camuflado" o repasse de verbas públicas para as escolas confessionais. Segundo a proposta, o governo deveria destinar verba não só para escolas públicas, mas também para as "particulares de utilidade pública". Na opinião do reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg, 58, este conceito é um "disfarce" para que o governo subsidie escolas privadas.

A proposta contou com o apoio do reitor Luiz Eduardo Wanderley, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição que tem 10% de seu orçamento provenientes de verbas públicas. Para Wanderley, só escolas particulares "competentes" devem receber verbas do governo. Um dos critérios para definir a competência, segundo ele, é "a democratização do acesso".